

ção-Geral dos Registos e do Notariado, em Lisboa, na Avenida de 5 de Outubro, 202, e na Praça de Francisco Sá Carneiro, 13.

12 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Licenciada Maria Celeste Borges da Conceição Ramos, subdirectora-geral.

Vogais efectivos:

Licenciada Carolina Maria Gomes Ferra, directora de serviços.

Licenciada Maria Hermínia Fonseca Santos de Jesus Sousa, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Margarida Romero Ferreira Baltazar, chefe de divisão.

Licenciada Maria Cristina Machado de Andrade Pissarra Silva Santos, assessora principal.

A presidente do júri será substituída, nas suas faltas e impedimentos, pela 1.ª vogal efectiva.

6 de Janeiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 1185/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Dezembro de 2004 da subdirectora-geral:

Zélia Laura Maria Rodrigues Lopes Lopes, auxiliar administrativa da Conservatória do Registo Automóvel de Lisboa, nomeada provisoriamente, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva com efeitos a partir de 4 de Novembro de 2004. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 1186/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 23 de Dezembro de 2004:

Ana Isabel Carvalho Rodrigues dos Santos, escriturária do Cartório Notarial de Oliveira do Hospital — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Vila Nova de Poiares (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

António Eduardo Morais de Oliveira, escriturário do Cartório Notarial da Baixa da Banheira — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial da Lourinhã (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Ivete Dias Guarda, escriturária do 1.º Cartório Notarial de Leiria — nomeada segunda-ajudante do 1.º Cartório Notarial das Caldas da Rainha (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — A Subdirector-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 1187/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 27 de Dezembro de 2004:

Inês da Silva Oliveira, escriturária do Cartório Notarial da Batalha — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial do Bombarral (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Mário Jorge Louro Medeiros, escriturário da Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Penela — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

## Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça

**Aviso n.º 444/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 6 de Janeiro de 2005:

Maria Teresa Baptista da Costa Monteiro, técnica de informática de grau 2 do quadro de pessoal do Instituto das Tecnologias de Infor-

mação na Justiça — nomeada definitivamente, com efeitos à data do despacho, precedendo concurso, na categoria de técnico de informática de grau 3, nível 1, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Júlia Ladeira*.

## Serviços Sociais

**Despacho (extracto) n.º 1188/2005 (2.ª série).** — Por despacho da presidente do Conselho de Direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça de 26 de Outubro de 2004:

Ângela Maria Feliciano Ventura Martinho, técnica superior de 1.ª classe de serviço social do quadro de pessoal do Hospital de Santa Maria — requisitada, por um ano, obtida a anuência do serviço de origem, para os Serviços Sociais do Ministério da Justiça, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — A Vogal do Conselho de Direcção, por delegação de competências, *Paula de Oliveira*.

## MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Direcção-Geral das Autarquias Locais

**Despacho n.º 1189/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 6.º, n.º 2, 7.º, n.º 5, e 9.º n.º 2, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 27 012/2004, de 10 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 302, de 28 de Dezembro de 2004, subdelego na subdirectora-geral, Dr.ª Anabela Gonçalves Pereira dos Santos, as seguintes competências:

1.1 — Aprovar os programas e as provas de conhecimentos específicos a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

1.2 — Autorizar o uso em serviço de veículo próprio, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março, conjugado com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril.

2 — Assinar a correspondência relativa aos actos previstos no n.º 27.2 do despacho referido no n.º 1.

3 — Ao abrigo das mencionadas disposições legais, subdelego na subdirectora-geral, Dr.ª Maria Helena dos Santos Lopes Curto, as seguintes competências:

3.1 — Autorizar a antecipação dos duodécimos dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal, desde que os municípios apresentem os respectivos pedidos de antecipação de duodécimos fundamentados, nos termos do despacho n.º 26/SEA-LOT/96, de 19 de Abril;

3.2 — Autorizar os processamentos relativos às transferências para cada autarquia local relativas à respectiva participação nos impostos do Estado e as retenções de verbas para outras entidades permitidas por lei;

3.3 — Autorizar o processamento das transferências para os municípios das verbas destinadas a compensá-los dos encargos por si suportados com o transporte dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico;

3.4 — Autorizar o processamento das verbas destinadas ao financiamento das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

4 — Ficam ratificados todos os actos praticados pelas referidas subdirectoras-gerais, no âmbito das competências previstas nos números anteriores, desde 21 de Julho de 2004 até à publicação do presente despacho.

3 de Janeiro de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

### Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

**Despacho n.º 1190/2005 (2.ª série).** — Atendendo a que se verifica na presente data a vacatura do lugar de chefe da Divisão de Monumentos da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, desta Direcção-Geral, torna-se indispensável assegurar com eficácia a continuação do trabalho desenvolvido pela referida Divisão,